



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681178 - MG (2021/0225130-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : JANIM SALOME DA COSTA LOPES
ADVOGADO : JANIM SALOMÉ DA COSTA LOPES - SP243008
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GABRIEL RODRIGUES LOPES AFFINI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GABRIEL RODRIGUES LOPES AFFINI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.086520-0/000).

O paciente foi preso em flagrante, em 9/4/2021, pela suposta prática do delito de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso V, da Lei n. 11.343/2006). Posteriormente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Nesta via, o impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, descritos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega, ainda, que o flagrante é nulo, pois baseado em prova obtida de forma ilícita, consistente em busca domiciliar sem autorização ou mandado judicial.

Ressalta os atributos pessoais favoráveis do acusado, asseverando ser primário, com bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva imposta ao paciente, ainda que com a adoção de outras medidas cautelares menos gravosas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque no acórdão combatido o relator consignou o seguinte (fls. 64-65):

Não obstante, o paciente foi abordado, e o pacote recebido por ele foi apreendido pela polícia. Em seu interior, foram encontrados aproximadamente cem comprimidos de ecstasy. Em busca na residência do autor, os militares encontraram inúmeras sementes de maconha – quase trezentas.

Evidentemente, essas circunstâncias, em especial a quantidade de material proibido apreendido, denotam a expressiva gravidade concreta do crime e o possível envolvimento contínuo da paciente com o tráfico de drogas. Assim, é nítido o risco que a soltura da agente representa à ordem e à saúde públicas, o que comprova a premente necessidade da prisão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente